



AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA PERFURAÇÃO DE POÇO 2071/2022

Desta forma, fica autorizada, de forma prévia, a perfuração de poço tubular profundo em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO, CNPJ 01.616.039/0001-09, na Localidade Assentamento Índio Galdino, Matrícula 8483, no Município Frei Rogério - SC, sob o regime e condições abaixo especificadas:

1. Finalidade do Uso: Abastecimento comunitário;
2. Bacia Hidrográfica: Rio Canoas;
3. Vazão máxima pretendida: 22,4 m³/dia;
4. Regime de funcionamento pretendido:
 - a. Número de horas diárias: 5,00 h/dia;
 - b. Número de dias por mês: 29,83 dia(s);
 - c. Número de meses por ano: 12 meses(s);
5. Coordenadas UTM(m) do ponto de perfuração: **E 525069.91 e N 6983109.44**;
6. Validade: **1 ano**.

Caso o poço tubular resulte em improdutivo, o órgão gestor de Recursos Hídricos deverá ser comunicado, através do formulário “Comunicação Tubular Improdutivo”.

Fica autorizado o tamponamento do poço caso o mesmo seja improdutivo ou apresente limitações a sua exploração futura.

Parágrafo único - O tamponamento deve ser realizado conforme os critérios definidos pela DRHS, devendo o procedimento ser registrado em um relatório descritivo e fotográfico, que em conjunto com a justificativa para a execução da obra e anotação de responsabilidade técnica deverão ser encaminhados dentro do prazo de validade desta autorização, por meio da funcionalidade de Registro de Tamponamento do SIOUT.

Após a perfuração, o usuário deve solicitar a respectiva outorga da captação e do lançamento dos efluentes de acordo com as normativas vigentes.

Esta autorização não dispensa, nem substitui a obtenção, pelo usuário, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, sendo vedada também a supressão da vegetação nativa conforme normas legais.





Cabe destacar que, caso o ponto de intervenção desta Autorização esteja em área de Lavra ou proteção vinculadas a ANM, sobretudo para água mineral ou termal, deverá ser obtida anuência deste órgão.

As informações sobre a captação / empreendimento são de exclusiva responsabilidade do usuário, sujeito às infrações e penalidades caracterizadas nos artigos 45 a 49 do Decreto nº 4.778/2006.

Esta autorização revoga a autorização de número 1373/2021.

Florianópolis, 25 de novembro de 2022

LEONARDO S. B. PORTO FERREIRA
Secretário Executivo do Meio Ambiente

